

## O POVO INDÍGENA JAVAÉ DA ILHA DO BANANAL-TO: UMA ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES

MATTOS, Maria Leci de Bessa<sup>1</sup>  
COSTA MATTOS, Paulo Henrique<sup>2</sup>  
CARNIELLO, Monica Franchi<sup>3</sup>  
ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de<sup>4</sup>

### RESUMO

O trabalho caracteriza o povo indígena Javaé localizado na Ilha do Bananal no estado do Tocantins, descrevendo aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Com o objetivo de conhecer a cultura e a organização de vida do Javaé, foi empreendida uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratório-bibliográfica e documental. Verificou-se que a fauna e flora, ao longo dos anos, vem sofrendo um intenso processo de degradação resultante da

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Unitau. E-mail: maleci@unitau.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em História pela PUC-GO. Email: phcmattos@ibest.com.br

<sup>3</sup> Doutora, Professora no Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Unitau. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora, Professora no Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Unitau. E-mail: elvirasaraujo@gmail.com

ausência de controle e fiscalização dos recursos naturais e, também, da falta de políticas públicas voltadas às terras e aos indígenas, pondo em em risco a sobrevivência do povo Javaé.

Palavras-chave: Javaé. Ilha do Bananal. Cultura e desenvolvimento indígena.

## **JAVAÉ NATIVE PEOPLE FROM THE BANANAL ISLAND: AN ANALYSIS ABOUT DEVELOPMENT OF THOSE COMMUNITIES**

### **ABSTRACT**

This study characterizes the native people located in the Bananal Island in Tocantins state, describing social, cultural, environmental and economic aspects. With the objective of grasping more knowledge about culture and life organization of Javaé natives, we undertook a study using qualitative, exploratory, documents and literature approaches. We found that fauna and flora along many years have been subjected to a long degradation process as a result of the paucity of rigid control of the natural resources and also as a result of the lack of public policies to protect land and native people as a whole, thus, risking survival of the Javaé people.

Keywords: Javaé. Bananal Island. Culture. Native Development.

## INTRODUÇÃO

Executar a democratização das relações culturais e educacionais do Brasil é efetivamente construir uma nação que integre, promova a cidadania e, acima de tudo, valorize as diferenças étnicas, o saber indígena, suas tradições e potenciais. Não há desenvolvimento sustentável sem respeito às tradições, às diferenças sociais e valorização dos distintos saberes de uma sociedade.

Dessa maneira, empreendeu-se uma reflexão sobre o tema a fim de caracterizar a população indígena localizada na Ilha do Bananal no estado do Tocantins, especialmente a Javaé, procurando mostrar aspectos da organização de vida desses indígenas com sua maneira própria de viver, sua forma de funcionamento social, econômico e político e como os diversos projetos e ações governamentais contribuem, ou não, para a melhoria das condições de vida desse povo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Ilha do Bananal é a maior ilha fluvial do mundo, formada pelo rio Araguaia e seu afluente o rio Javaé, denominado pelos habitantes locais

com o nome berobiawa, que quer dizer rio companheiro.

Por sua importância ecológica e cultural, a ilha é considerada um patrimônio não somente do povo brasileiro, mas de toda a humanidade. Está localizada entre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará abrangendo grandes áreas desses estados. No Tocantins abrange os municípios de Pium, Lagoa da Confusão, Cristalândia e Formoso do Araguaia. A Ilha do Bananal possui uma área de aproximadamente dois milhões de hectares, considerada pelo povo Karajá o lugar mítico de onde eles surgiram. Essa ilha é chamada de *Iny Olona*, que significa o lugar de onde surgiram os Karajá, Javaé e Xambioá (RODRIGUES, 1999).

Em 1971, o centro e o sul da ilha a Ilha foi dividido entre o Parque Indígena do Araguaia (PIA) e o Território Indígena Inãwébohona. No centro-norte localiza-se o Parque Nacional do Araguaia (PNA), uma Unidade de Conservação destinada exclusivamente à proteção ambiental e à preservação da biodiversidade existente na Ilha do Bananal que está sob proteção do Governo Federal através do Instituto Chico Mendes (ISA, 2011).

No PIA e no Território Indígena Inãwébohona habitam os povos Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro. Os três subgrupos se autodenominam *Iny*, que quer dizer gente de verdade. Os Karajá e Javaé vivem nos terrenos marginais do Araguaia há pelo menos quatro séculos. A língua Karajá pertence à família linguística Macro Jê e se divide em três dialetos: karajá, javaé e xambioá, com suas respectivas variações. Eles mantêm um estilo de vida semelhante, baseado na exploração dos recursos oferecidos pelos rios.

Para Rodrigues (1999, p.1)

[...] pode-se dizer que Karajá, Javaé e Xambioá possuem a mesma “cultura”, embora haja também diferenças consideráveis entre os três grupos. Tradicionalmente os Karajá habitam a porção ocidental da Ilha do Bananal, enquanto os Xambioá vivem no baixo rio Araguaia, distantes da Ilha do Bananal, sendo conhecidos como os “Karajá do norte”. Os Javaé costumavam viver no interior da ilha, ao longo do rio Javaé e de seus afluentes – este é o nome que o rio Araguaia toma ao contornar o lado oriental da Ilha do Bananal.

A população indígena total da Ilha do Bananal é de aproximadamente 2.800 pessoas e as aldeias reúnem quase 90% da população total – os Karajá contam aproximadamente 1.800 pessoas vivendo em vinte aldeias e grupos

locais, e os Javaé contam cerca de 1.000 pessoas vivendo em nove aldeias (TORAL, 2002).

Na história desses povos houve momentos de massacres pelos bandeirantes reduzindo drasticamente a população e, com o deslocamento territorial, os javaé experimentaram grandes perdas populacionais. Outras mudanças afetaram a cultura e organização de vida desses povos indígenas, como a fundação de cidades mineradoras de cristal situadas a leste da Ilha do Bananal e, principalmente, com a penetração e ocupação da ilha por criadores de gado a partir dos anos 30. O relacionamento com os criadores de gado e com os vizinhos resultou no aparecimento de várias doenças desconhecidas entre os indígenas que acarretaram muitas mortes (RODRIGUES, 1993).

A ocupação da ilha ocorreu no início do século XX de forma lenta e gradual, por moradores não indígenas, principalmente criadores de gado, devido à alta qualidade das pastagens naturais. Já na década de 70 e 80, de forma mais intensa, por pessoas vindas dos estados do Maranhão, Piauí e Norte de Goiás, hoje Tocantins, devido aos incentivos da

SUDAM, Banco da Amazônia S/A e do Programa Polamazônica (RODRIGUES, 1993).

A área é um ecótono, assim chamado por ter, num mesmo local, características dos ecossistemas dos Campos Pantaneiros, do Cerrado e da Amazônia, constituindo-se numa zona de transição entre as áreas de cerrado do planalto central e a floresta amazônica. É cortada por rios, riachos, nascentes e lagos, há uma grande variedade de espécies da flora e fauna – entre as aves encontram-se animais ameaçados de extinção como o gavião-pato, o gavião-pega-macaco e a águia-cinzenta. Destacam-se, ainda, o urubu-rei, a gralha-azul, o cuiú-cuiú, o papagaio-de-peito-roxo e a curicaca. O clima é quente semi úmido, tropical, com 4 a 5 meses secos/ano. Durante o mês de julho, a região costuma ficar repleta de turistas, pescadores e caçadores.

Rodrigues (1999) pontua que nos anos 80 e início dos anos 90 havia na ilha mais pessoas não indígenas (11 mil) do que a própria população indígena (2.400) que habitava o local. A terra indígena estava ocupada por criadores de gado, caravanas de pescadores, turistas e compradores de peixe – esse convívio trouxe o

alcoolismo e a prostituição em algumas aldeias, o aumento da violência entre os índios, o suicídio entre os mais jovens e o preconceito da sociedade em relação à comunidade indígena.

De acordo com Bispo (2009, p. 2-3) “[...] no interior da Ilha do Bananal residiam os retireiros que criavam gado e também os fazendeiros que levavam o gado para a Ilha no período da seca para engorda [...]”. Toral (2002, p. 41) pontua que “[...] há várias conseqüências para o meio ambiente e para as comunidades indígenas com a utilização do Parque Indígena para a pecuária”.

Dentre as conseqüências negativas para o meio ambiente advindas da invasão da ilha pelo gado nos últimos 50 anos, destacam-se o pisoteamento contínuo e a compactação do solo, as derrubadas e as queimadas em grande escala. Diversas espécies vegetais invasoras têm se instalado na ilha, trazidas pelo gado e adquirindo caráter de praga pela rapidez na propagação. A febre aftosa, a partir da década de 1970, também foi introduzida na ilha pelo gado, vitimando animais nativos como os cervos.

A partir da década de 90 a maioria das comunidades indígenas optou pela retirada total dos criadores de gado, num trabalho junto com a Funai e o Ministério Público em busca da recuperação ambiental local (TORAL, 2002). Entretanto, desde 1993 acontecem grandes focos de incêndios com o objetivo de remoção e rebrota do capim a ser consumido pelo gado. Esses focos não costumam ocorrer nas aldeias, mas em local habitado por fazendeiros, posseiros e retireiros. Em 2010, houve uma das maiores queimadas na Ilha do Bananal, sendo a região mais crítica com mata nativa a do Parque Nacional do Araguaia (PNA). Calcula-se que os danos chegaram a mais de 250 mil hectares (um hectare tem 10 mil metros quadrados), o que representa mais de 45% da extensão total do parque. De acordo com Iracy Martins, em declaração ao Jornal do Tocantins (2010), os problemas ambientais advindos dessa prática são graves, sendo alguns irreversíveis, como a morte da biodiversidade existente. “Os impactos são imensuráveis. Uma vez danificada a vegetação, que é o habitat da fauna, está estabelecido um novo meio, pouco favorável para manutenção dessas formas de vida da

fauna silvestre” esclarece a professora.

Bispo (2009, p. 6) também alerta em relação aos conflitos oriundos dos diferentes tipos de usos da Ilha e do seu entorno.

Os indígenas que sempre estiveram na Ilha e de repente tiveram que conviver com os obstáculos impostos pela criação do Parque Nacional do Araguaia; a área sobreposta (Parque Nacional e Terra Indígena) em que os conflitos entre FUNAI e IBAMA se fizeram e fazem presente, uma vez que a área é Unidade de Conservação de Proteção Integral; os retireiros, que são os moradores que ocupavam e moravam na Ilha do Bananal desde a década de 1930 e criavam gado e que tiveram que sair por força da lei; os incentivos à plantação de arroz voltado ao agronegócio, utilizando-se do complexo hídrico da região, nas proximidades da Ilha do Bananal, que chegam a atingir os grupos indígenas da Ilha, especificamente a terra indígena Ynawebohoña (Aldeia Boto velho) no que se refere ao potencial hidrológico, pois canais de irrigação abertos para utilização na lavoura irrigada, faz com que os indígenas tenham ameaçado o abastecimento de água, principalmente pelo rio Javaé somado a importância que esse rio tem para esse grupo, pois é também fonte de alimentação, transporte e religiosidade.

## O POVO JAVAÉ

Conhecer a história de resistência dos Javaé é compreender os motivos que os levaram, desde o século XVII até os dias atuais, a morar isolados e sobreviverem com sua notável capacidade de resiliência

cultural e conhecimento dos efeitos da penetração do homem branco – epidemias, mortes, devastação, vício ao álcool, depredação ao meio ambiente e invasão crescente do seu território. Ainda assim, esse Povo mantém aspectos essenciais de sua estrutura social, ritual e cosmológica.

Nas aldeias Javaé as condições de saneamento básico são ainda precárias, falta água tratada e de boa qualidade para o consumo e os principais problemas de saúde são as doenças do aparelho respiratório, como gripe e pneumonia, e as parasitárias.

[...] em função dos indicadores de desnutrição infantil, da anemia entre adultos e da crônica penúria alimentar em suas comunidades, pode-se dizer que a situação de subsistência dos Javaé não é satisfatória. Somente a existência do Araguaia, fonte perene da sua alimentação, garante que a situação não piore ainda mais. (TORAL, 2002, p. 38).

Kaingáng, Xerente e Kanela (2010, p. 05) descrevem a fala de um representante dos Javaé em relação à questão da saúde: “[...] a saúde está precária e os funcionários dos serviços nas aldeias são vergonhosos”. Ainda segundo esse indígena, na cidade mais próxima há disponível apenas um carro para assistir a toda a região.

Para o índio javaé, conselheiro distrital de saúde indígena, a saúde de seu povo

[...] está precária, a gente sente na pele. E como conselheiro, me sinto impotente, pois, fazem pouco caso de nossos pedidos. O saneamento básico é realmente precário, o que perpetua um ciclo vicioso de doenças, busca por hospital e remédios e o mau atendimento e mortes à míngua (CERQUEIRA, 2010, p. 4).

Uma característica do regime de subsistência dos Javaé é a atividade de pesca, a extração de gêneros alimentícios do rio (peixe, tartaruga etc.) e coleta de produtos de origem animal ou vegetal. As espécies mais cultivadas nas roças são principalmente a mandioca mansa e *brava* (para a fabricação de farinha), milho, arroz, banana, cana-de-açúcar, mamão, batata-doce, amendoim, cará e inhame. As espécies vegetais coletadas são pequi, cajá, oiti, caju, bacaba, mangaba, anja, açaí, diversas espécies de favas, babaçu e macaúba. O mel, também um produto de coleta, é uma atividade exercida exclusivamente pelo homem.

Como complementação da renda os indígenas alugam os lagos para pescadores e arrendam pastagens para os criadores de gado (TORAL, 2002). A prestação de

serviços esporádicos, como mão-de-obra em fazendas, é pouco frequente e envolve um número restrito de índios (TORAL, 2002). Os demais empregos estão ligados à Funai, à Secretaria Estadual de Educação e da Saúde do Estado do Tocantins e ao município. Outra fonte de renda vem das aposentadorias.

O crescimento do número de indígenas assalariados surgiu por volta dos anos 80 e 90, causando o aumento na compra de produtos industrializados, provocando a dependência do mercado regional e o aumento de doenças crônicas, como o diabetes, doenças cardiovasculares e obesidade, provocadas principalmente pelo aumento dos fatores de risco como o uso do álcool, tabaco, refrigerantes, açúcar refinado, massas e empobrecimento da dieta em frutas e vegetais (TORAL, 2002).

Toral (2002) lembra que nas aldeias há falta crônica de gêneros básicos para alimentação da população e as roças são insuficientes. “Essa penúria crônica de gêneros de origem vegetal compromete a qualidade da alimentação dos grupos” (TORAL, 2002, p. 38).

O peixe, um dos alimentos básicos dos Javaé, é também vendido – considera-se que a venda de peixe seja, ainda hoje, a principal inserção desses indígenas na economia regional. As principais espécies de peixes comercializadas são o pirarucu, jaraqui, tucunaré e pacu. Os compradores são comerciantes, donos de restaurantes e particulares. É costume o comprador ir até o local da pescaria e “[...] às vezes leva cachaça para dar aos índios e assim facilitar a transação, isto é, passar os índios para trás” (MESSIAS, 1999, p. 21).

Em relação à pesca, caça e coleta na bacia do Araguaia, mesmo com a legislação ambiental mais dura, a fiscalização ainda é precária, assim o quadro permanece preocupante e os Javaé já começam a sentir o desaparecimento de determinados frutos típicos, de animais ligados àquele bioma e até mesmo a redução dos peixes.

A diminuição das águas dos lagos e dos rios na Ilha do Bananal trouxe, junto, a redução dos peixes e das tartarugas, afetando a vida do povo Javaé. Já a implantação das lavouras irrigadas nessa região, com o uso de defensivos agrícolas aliado à derrubada das matas ciliares

causando erosão, assoreamento e poluição do rio Javaé, fez com que a cobertura vegetal se modificasse (TORAL, 2002).

[...] os próprios Javaé relacionam o desaparecimento de peixes à utilização indiscriminada das águas do rio Javaés. Diversos lagos do interior da ilha têm secado repetidamente, o que é uma anomalia raramente vista. As bombas das lavouras irrigadas estariam atuando como um dreno, que impediria o enchimento satisfatório dos lagos do interior da Ilha do Bananal. (TORAL, 2002, p. 45).

Em relação à educação, entende-se que a promoção do desenvolvimento de uma comunidade caminha junto com a educação, incorporando práticas participativas e de mecanismos voltados para a articulação de atores. Mas, no geral as escolas indígenas enfrentam diversos problemas na inadequada formação de professores, com infraestrutura precária, projetos pedagógicos distante da realidade ou apenas no papel, materiais didáticos iguais ao utilizados pelos brancos, e outros. Paulo Freire (1992 e 1996) diz que educação cidadã e libertadora faz-se com respeito às diferenças culturais, com diálogo, com proposta pedagógica inserida na realidade,

respeito às questões de gênero e com investimento financeiro.

A escola indígena no estado é uma realidade, mas para conseguir ser específica, diferenciada, contemplando a riqueza étnica e cultural, reconhecendo, valorizando e fortalecendo o pluralismo existente no Tocantins é um desafio que está em construção.

A esse respeito, o documento Tocantins/Seduc (2009) pontua que a implantação de escolas indígenas procura atender às demandas das comunidades e o reconhecimento de suas tradições, organizações sociais e econômicas.

Na história do Brasil os indígenas foram vistos com olhar de excluídos, discriminados, preguiçosos, enfim, muitos subsistem até sem sua língua, mas mantêm sua cultura, sustentam sua alteridade, graças a estratégias próprias.

Para Liebgott (2011, p. 12-13),

[...] cada povo indígena é um mundo cultural próprio: sua língua, suas crenças, suas tradições, leis internas, organização política interna. São absolutamente diferentes do nosso modo de relacionamento com o direito, com a organização política dentro do país, e cada um tem sua própria organização [...] eles nunca serão iguais a nós e temos que entender isso.

O povo Javaé produz artesanato para o comércio, venda ou troca, com diversas sociedades, indígenas e não indígenas. A mulher indígena, com a produção de artesanato produzido com material rico e diversificado, possibilitou um espaço na economia doméstica, pois passou a adquirir dinheiro, um papel que antes era reservado exclusivamente ao homem como pescador ou comerciante.

As mulheres confeccionam colares e pulseiras, a matéria prima é de pena de pássaros, coco e frutas adquiridas dentro da própria terra indígena. Elas sabem fazer também esteiras, cestas e diversos enfeites com palha de buriti, mas como na Ilha não existe essa árvore esses artesanatos não são feitos com frequência. Toral (2002, p.33) lembra que “[...] o artesanato Javaé pelo menor afluxo de turistas à sua região e pelo menor contato com a população regional, é, em termos gerais, menos comercializado do que o Karajá.”

A pintura corporal não é usada frequentemente pelos Javaé, apenas em rituais, como a festa de Hetohokan, um ritual que simboliza a passagem de uma categoria de idade para outra, ou

seja, representa a iniciação do menino Javaé para a vida adulta.

No que se refere à educação escolar indígena dos Javaé é recente a proposta e a implementação do ensino diferenciado, ou seja, possuindo currículo apropriado, com professores que são índios, escolas com prédios e materiais didáticos adequados, resgate da cultura indígena e formação de professores.

A região pesquisada possui 08 escolas indígenas: Escola Indígena Tainá na aldeia Canoanã, Temanare na aldeia São João, Ijawala na aldeia Barreira Branca, Txuiri-Hinã na aldeia Txuiri, Senawê na aldeia Wari Wari, Watakuri na aldeia Boa Esperança, Barra do Rio na aldeia Barra do Rio Verde e Cachoeirinha na aldeia Cachoeirinha.

Todas essas escolas possuem professores indígenas bilíngues. Duas escolas possuem diretor sendo um indígena e um não indígena e em cada uma delas há uma coordenadora pedagógica que não é indígena. O total de professores dessas escolas é de 32 profissionais, sendo 20 indígenas e 12 não indígenas. Todos os professores não indígenas possuem curso superior – entre eles vários já possuem o magistério

indígena, alguns estão fazendo esse curso médio e há ainda docentes indígenas que já possuem ou estão concluindo o curso de Licenciatura Intercultural Indígena (TOCANTINS, 2011).

No ano de 2010 as oito escolas possuíam um total de 457 alunos matriculados. Já em 2011 havia somente 7 escolas totalizando a quantia de 438 alunos, desse total de estudantes, 181 são do sexo feminino e 257 alunos são do sexo masculino. Estão distribuídos em 7 escolas ofertando ensino fundamental, sendo 198 alunos que estudam nos anos iniciais e 148 faz os anos finais do ensino fundamental. Existem, ainda, 2 escolas com ensino médio, perfazendo um total de 56 alunos, e em 2 escolas é oferecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com 36 estudantes (TOCANTINS, 2011).

As escolas possuem área de circulação, cozinha, depósito, sala administrativa, sala de aula e sanitários. Em nenhuma dessas escolas há biblioteca. Já no que tange ao corpo funcional observa-se que entre merendeiras, auxiliar de serviços gerais e vigias noturnos, 6% não são indígenas e 94% dos servidores são indígenas (TOCANTINS, 2011).

Nos municípios próximos à Ilha do Bananal são desenvolvidos projetos de agricultura mecanizada voltadas à produção de grãos (milho, arroz e principalmente soja) para a exportação. São atividades que contam com o apoio do governo do Estado.

Segundo Toral (2002, p. 44)

Estes projetos de agricultura mecanizada tiveram um impacto considerável no meio ambiente regional. Os desmatamentos de grandes áreas do cerrado e, em particular, da mata ciliar do rio Javaés e de seus afluentes certamente causam efeitos consideráveis na manutenção das condições da rede hidrográfica. Também a utilização descontrolada das águas do rio Javaés para a lavoura mecanizada causa grave impacto ao meio ambiente.

Os indígenas vivem o progresso de maneira diferente, sem agressão à natureza e ao meio ambiente, devido à concepção de terra para eles ser diferente da lógica capitalista em que a finalidade da terra é o comércio e o lucro, como uma mercadoria. Pode-se, portanto, dizer que os indígenas entendem o desenvolvimento numa outra perspectiva de modelo de sociedade sustentável que respeite as diferenças.

Conforme Cerqueira (2010 p. 2) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo

Federal prevê que “[...] os empreendimentos trarão desenvolvimento e melhores condições de vida para as populações indígenas do país”. Mas as lideranças indígenas avaliam o contrário, conforme relata um indígena Apinajé do estado do Tocantins a respeito dos grandes projetos em área indígena: “Se o dinheiro que o governo gasta com tantos projetos destruidores fosse gasto com políticas públicas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, era muito melhor para nós, povos indígenas, pois ficaríamos vivos” (CERQUEIRA, 2010 p. 2). Ou seja, se os programas, projetos, ações de trabalho e legislação envolvessem os atores na elaboração e execução, poderiam facilitar a promoção do desenvolvimento tão almejado.

O projeto do governo federal de construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia, que faz parte do Corredor de Transporte Multimodal, composto de obras para transpor as corredeiras de Santa Izabel e a barragem de Tucuruí, integraria a hidrovia a rodovias e ferrovias para facilitar o escoamento de grãos e outros produtos primários. A construção de eclusas com capacidade para transportar 3 mil toneladas, o equivalente a um volume

de carga levado por 170 caminhões, atingiria as comunidades indígenas e provocaria sérios impactos ambientais, causando danos aos rios Araguaia e Javaé, pois o enchimento da planície provocaria a inundação na Ilha do Bananal.

Outro projeto do Governo Federal é a de construção da BR 242 - Rodovia Transbananal que ligaria os estados da Bahia, Tocantins e Mato Grosso, e cruzaria a Ilha do Bananal tanto no PIA como no PNA, com o propósito de garantir um novo corredor de exportação em direção aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Para Mattos (2008, p. 1), esse projeto “[...] fere o direito dos povos indígenas à integridade de seu território e pode causar danos ambientais, sociais e culturais irreparáveis apenas para assegurar o objetivo de transportar a produção de produtos primários exportável de poucos produtores”.

## MÉTODO

Essa pesquisa foi realizada durante o ano de 2011, com coleta de dados de anos anteriores. Foi desenvolvida uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratório-bibliográfica e documental, realizada a partir de consulta a livros, artigos,

teses e documentos da Secretaria da Educação do estado do Tocantins.

Os procedimentos adotados para realização dessa pesquisa ocorreram em algumas etapas, como: levantamento de teses, dissertações e livros que relatam a respeito da etnia Javaé, usando um instrumento com roteiro para coleta de informações gerais; no segundo momento foi feita análise de relatórios e outros documentos; na terceira etapa realizou-se a classificação por meio de aprofundamento e confronto entre a teoria bibliográfica e a documental; e, por fim, a apuração dos resultados obtidos relacionando-os ao problema e ao objetivo proposto.

## **DISCUSSÃO**

Conforme o estudo realizado observou-se que a Ilha do Bananal é considerada o paraíso dos turistas, refúgio natural do gado e sonho dos pescadores, sugerindo que ela pertenceria a todos menos aos seus primeiros habitantes, o povo indígena. A ilha é considerada um dos mais importantes santuários ecológicos do país, com uma rica e diversificada fauna e flora que, ao longo dos anos, vem sofrendo um processo gradativo e intenso de degradação.

O resultado das atividades de subsistência dos Javaé não causa prejuízos ao meio ambiente, uma vez que a caça é pouco praticada e as atividades agrícolas limitam-se a roças abertas num raio de até 20 km a partir da aldeia, com sistema de rodízio e repouso que permite recuperação dos terrenos já explorados (TORAL, 2002).

Comparando os efeitos da pesca realizada pelos indígenas sua produção é pequena em relação à pesca esportiva e aos pescadores brancos. Na maioria das vezes a ausência de controle e fiscalização em relação à atividade pesqueira, realizada por pescadores profissionais e esportivos na Ilha do Bananal, influencia na diminuição de peixes e de outros recursos naturais do rio, provocando a degradação ambiental e, conseqüentemente, a fonte de subsistência da população Javaé. Toral (2002) lembra que a Ilha tem mais de um milhão de hectares e muitas entradas e saídas desguarnecidas e o Ibama possui poucos fiscais.

Observa-se ainda que com a aplicabilidade dos grandes projetos governamentais e não governamentais, a caça e pesca predatória, a agropecuária

desordenada, e tantos outros problemas que acontecem nas terras indígenas da Ilha do Bananal em decorrência da falta de políticas públicas, põem em risco a sobrevivência do Povo Javaé.

Em relação aos grandes empreendimentos governamentais, pensados e planejados com a finalidade de atender aos produtores e empresários, Mattos (2008, p. 1) entende que a construção da BR 242 Transbananal é “[...] um aval ao genocídio ambiental, econômico, social e cultural de diversas populações tradicionais, habitualmente abandonadas, desassistidas e usadas como ‘bucha de canhão’ para assegurar os objetivos de integração nacional, de expansão da fronteira agrícola e de exploração dos imensos recursos naturais da Região Amazônica”.

A cada dia as grandes plantações, no estado do Tocantins, estão invadindo terras indígenas, poluindo os rios e devastando o meio ambiente. Esses e outros projetos levam a refletir sobre o real tipo de desenvolvimento que os povos indígenas precisam. Como afirma Sachs (1998, p. 150) “o fenômeno marcante do século é, portanto, o mau

desenvolvimento, enquanto que o produto mundial equitativamente repartido seria suficiente, desde já, para assegurar uma vida confortável às populações.”

Falta, portanto, formulação de políticas públicas de desenvolvimento local que respeitem e cumpram os direitos humanos, uma vez que todo empreendimento traz junto uma série de problemas para a população local. Da maneira que vêm sendo aplicados os grandes projetos, fica a pergunta, desenvolvimento para quem e para quem?

Dessa forma, o Estado tem o dever de desenvolver políticas públicas estruturantes e não apenas compensatórias. Sob esta visão entende-se que o pressuposto lógico desse modelo de desenvolvimento apresenta grandes entraves junto aos indígenas, pois a inclusão social não possui condições de ocorrer nesse formato de privação da liberdade básica de sobrevivência, mas, sim, com a resolução de problemas e como garantia da igualdade de liberdade, principalmente na área da saúde e da educação. Se os indígenas fazem parte da nossa história, deveriam fazer parte, também, da nossa cidadania.

Considera-se que, para haver desenvolvimento é necessário levar em conta os aspectos pluridimensionais e democratização, ambos relacionados “[...] a expansão de liberdades positivas, a apropriação de todos os direitos humanos e universalização da cidadania” (SACHS, 1998, p.155).

## CONCLUSÃO

A organização de vida do povo Javaé na Ilha do Bananal vem sendo modificada tanto nos aspectos ambientais quanto sociais e econômicos, resultado da presença dos “brancos” em suas terras. Pode-se

dizer que o processo de desenvolvimento local como condição para a melhoria dessa população é um desafio a ser enfrentado e conquistado diariamente como forma de garantia e implementação das políticas públicas.

Finalmente, observa-se que o desenvolvimento sustentável tão almejado como promoção da própria cidadania dos indígenas Javaé, por meio de investimento em educação escolar e com projetos socioeconômicos a fim de garantir a sua cultura e a preservação do meio ambiente, vem ocorrendo de forma lenta.

## REFERÊNCIAS

BISPO, Marciléia Oliveira. *Territorialidades, representações e conflitos* – uma proposta para formação de professores em educação ambiental. 2009. Disponível em: <[http://www.6iberoea.ambiente.gov.ar/files/trabajosentalleres/18/OLIVEIRA\\_BISPO\\_y\\_otro.pdf](http://www.6iberoea.ambiente.gov.ar/files/trabajosentalleres/18/OLIVEIRA_BISPO_y_otro.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2011.

CERQUEIRA, Cleymenne. Discussão sobre grandes projetos marca encontro. CIMI. *Encarte Porantim*, n. 326, jun./jul., 2010. Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1280409699\\_Encarte-%20Porantim%20326-final.pdf](http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1280409699_Encarte-%20Porantim%20326-final.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança* – um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia* – saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil*. População Javaé. 2011. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/javae/628>>. Acesso em: 13 fev.2011.

JORNAL DO TOCANTINS. *Queimadas – danos ao meio ambiente preocupam especialistas*. Palmas: edição 4.984 – 26/08/2010. Disponível em: <<http://encantosdocerrado.com.br/n/3342>>. Acesso em: 8 mar.2011.

KAINGÁNG, Sônia; XERENTE, Manoel; KANELA, Amare Krahô. *Os desafios na defesa dos territórios e dos direitos indígenas*. Relatório da I Assembléia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins. CIMI. Palmas, maio 2010.

LIEBGOTT, Roberto Antonio. *Aprender com um outro modo de ser*. *Jornal Mundo Jovem*, Ano 49, n. 415, abril 2011, Porto Alegre, RS.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. *Construção da BR 242 (Transbananal): Progresso ou destruição?* Fundação Lauro Campos. Março, 2008. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/transporte/125-artigo/313-construcao-da-br-242-transbananal-progresso-ou-destruicao>>. Acesso em: 6 mar.2011.

MESSIAS, Noeci Carvalho. *Relatório Básico I do CIMI – Regional Goiás Tocantins*. Gurupi TO, nov. 1999.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *O povo do meio: tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da Ilha do Bananal*. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 1993.

\_\_\_\_\_. *O surgimento das armas de fogo: alteridade e feminilidade entre os Javaé*. *Revista Estudos Feministas*. 1 e 2 de 1999, p. 195 a 205. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11992/11267>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SACHS, Ignacy. *O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos*. Estudos Avançados, 1998.

TOCANTINS. *Diretrizes para Estrutura e Funcionamento da Escola Indígena*. SEDUC/Diretoria da Educação na Diversidade/Gerencia de Educação Indígena. Palmas TO, 2009.

\_\_\_\_\_. *Livro Ata das Escolas Indígenas*. Gurupi TO: SEDUC/DRE Gurupi, 2011.

TORAL, André Amaral de. *Diagnóstico socioambiental das comunidades Karajá e Javaé da Ilha do Bananal (TO)*. Palmas: IE, 2002.

Recebido em: 20-02-2012  
Aprovado em: 11-11-2013